

**HABEAS CORPUS Nº 326.072 - BA (2015/0132920-8)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : LUCIANO BANDEIRA PONTES**  
**ADVOGADO : LUCIANO BANDEIRA PONTES - BA022291**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PACIENTE : ALEX ALVES PEREIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALEX ALVES PEREIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 0003065-66.2015.805.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 3º (por duas vezes), do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 176):

*PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE LATROCÍNIO (DUAS VEZES). ARTIGO 157, § 3º, DO CÓDIGO PENAL. INDEFERIMENTO DA OUVIDA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS INTEMPESTIVAMENTE. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO. DEFESA PRÉVIA REGULARMENTE APRESENTADA SEM INDICAÇÃO DAS TESTEMUNHAS.*

*HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO .*

No presente *writ*, o impetrante alega cerceamento de defesa, uma vez que o defensor dativo não formulou pedido de diligências, absolvição sumária nem mesmo rol de testemunhas ao protocolar, intempestivamente, a defesa prévia do paciente, "*TRAZENDO DESSA FORMA UM PREJUÍZO IRREPARÁVEL AO PACIENTE, remetendo a ação penal originária a uma NULIDADE ABSOLUTA*" (e-STJ fl. 5).

Assevera que o advogado constituído posteriormente requereu o desentranhamento da defesa prévia apresentada pelo advogado dativo por não ter sido apresentado rol de testemunhas, pedido esse indeferido pelo Juízo de primeiro grau.

Assevera, portanto, ter havido violação do princípio da ampla defesa.

Pugna, assim, em liminar, pela suspensão da ação penal originária até o julgamento final da presente impetração. No mérito, requer a inclusão do rol de testemunhas apresentado.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 199/201).

Informações prestadas (e-STJ fls. 209/213, 226/233 e 237/247).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 248/253).

É, em síntese, o relatório.

Não há se falar em nulidade.

Da leitura do acórdão vergastado, verifica-se que o paciente foi citado pessoalmente, ocasião em que estava acompanhado de seu advogado, o qual não apresentou defesa prévia, razão pela qual lhe foi nomeado defensor dativo, que cumpriu tal ônus.

Sustenta a defesa que a peça, em razão de sua deficiência, teria causado prejuízo à defesa do paciente, pois não foram arroladas testemunhas, solicitadas diligências ou requerida a absolvição sumária.

Ocorre que, a despeito da insurgência da defesa, não se demonstrou a ocorrência de prejuízo efetivo para a defesa do paciente.

Com relação às testemunhas que teriam sido negligenciadas pelo defensor dativo, destacou o voto condutor do acórdão atacado que as que vieram a ser posteriormente arroladas pela defesa não presenciaram os fatos narrados na denúncia, além de residirem em outro estado da federação (e-STJ fl. 180).

No que toca aos outros pontos que se apontam terem sido indevidamente omitidos – requerimento de diligências e absolvição sumária –, como destacou o *Parquet*, "*de certo não se poderia entender como falta de defesa técnica o fato de não se ter requerido diligências ou feito pedido de absolvição sumária, pois nem mesmo o advogado constituído o fez (fls. 33/36e)*" – e-STJ fl. 251.

Assim, não comprovado qual teria sido o prejuízo suportado pela defesa, não se admite o reconhecimento da nulidade suscitada. Nesse sentido:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. DEFICIÊNCIA DE DEFESA. NULIDADE RELATIVA. MÁCULA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 523/STF. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. MESMOS FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NOS TERMOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU NÃO ENCONTRADO. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. SUPERAÇÃO COM O ADVENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. RECLAMO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO.*

*1. Nos termos do enunciado n. 523 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, "no processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu".*

*2. O caso dos autos não se enquadra no conceito de ausência de defesa, tendo em vista que o recorrente foi assistido por advogados nomeados pelo Juízo em todos os termos da fase instrutória, apresentando inclusive alegações finais.*

*3. Além do mais, não se evidenciou qual teria sido o prejuízo resultante do teor da defesa prévia e das alegações finais apresentadas pelo defensor dativo.*

*(...)*

*9. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, na extensão, desprovido.*

*(RHC 88.388/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018)*

*PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. DECRETAÇÃO DA REVELIA E NÃO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. ALEGADO PREJUÍZO. NÃO COMPROVAÇÃO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. ARGUIÇÃO EM MOMENTO OPORTUNO. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*(...)*

*3. Segundo entendimento pacífico desta Corte Superior, a vigência no*

*campo das nulidades do princípio pas de nullité sans grief impõe a manutenção do ato impugnado que, embora praticado em desacordo com a formalidade legal, atinge a sua finalidade, restando à parte demonstrar a ocorrência de efetivo prejuízo, o que não ocorreu no caso.*

*4. Eventual vício decorrente da falta do réu na audiência de instrução e julgamento, configura nulidade relativa, cuja arguição deve ser feita em momento oportuno, o que não ocorreu na hipótese dos autos, pois o questionamento de tal nulidade foi feito apenas na apelação, quando deveria ter sido suscitado nas alegações finais.*

*5. Na hipótese, embora pessoalmente citado, o paciente foi declarado revel, porquanto sua ausência decorreu de prisão por outro processo, informação posteriormente conhecida pelo Juízo. A defesa técnica, contudo, não se manifestou oportunamente, isto é, até as alegações finais, nos termos do art. 571, II, do CPP, razão pela qual eventual nulidade está acobertada pelo manto da preclusão.*

*6. Ordem não conhecida.*

(HC 467.056/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 20/05/2019)

Ante o exposto, **denego o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator